

A grande manobra da esquerda

Em Belo Horizonte, o vice-presidente do Banco do Brasil denuncia a existência de movimento nacional destinado a estatizar o sistema financeiro. É bom que alguém do governo saia a campo para esclarecer que os bancos privados estão sendo vítima de dois tipos de ações: uma, a daqueles que inviabilizam *de dentro* a sua existência; outra, a dos que, *de fora*, criam as condições do pânico que leva à falta de liquidez e à liquidação promovida pelo Banco Central. Em Brasília, o governo é ameaçado pelo PT e pela Contag (siglas irmãs) com amplos movimentos no campo se a reforma agrária não for realizada de acordo com os seus critérios. Igualmente no Distrito Federal, a esquerda chamada independente do PMDB ameaça retirar seu apoio ao presidente Sarney se s. exa. não realizar as reformas econômicas e sociais prometidas na campanha das eleições diretas e naquela outra, que culminou na eleição de Tancredo Neves e José Sarney. Será preciso anunciar outros fatos para demonstrar que o processo destinado a transformar o Brasil numa republiqueta de ópera *buffa*, mas de cenário deslocado para a esquerda, está ganhando aquilo que alguns chamam de *momento*, isto é, velocidade própria de aceleração?

As situações para que se propaguem rumores sobre a estabilidade de bancos, ou se agite o campo, não são criadas *naturalmente*, espontaneamente. Muito menos se as criam sem que se tenha um mínimo de respaldo em órgãos públicos diretamente ligados ao sistema financeiro e à agricultura. Da mesma forma que não é apenas a incompetência de assessores — para usar as expressões do diretor do Ibre/FGV — que explica a série de equívocos que se vêm cometendo na política econômico-financeira, especialmente quando eles têm como consequência desacreditar o governo (como foi no caso da mudança do índice da correção monetária) e aumentar a inflação. Aquilo que aparentemente é desorganizado na realidade são peças de jogo cuidadosamente articulado, no qual até se deixam espaços para que a retirada seja possível e o acaso, esse grande adversário dos que têm tudo calculado, possa fazer sua intervenção.

Não se culpará apenas a esquerda dita independente do PMDB, nem só o PT, por esses fatos que começam a causar inquietação aos homens responsáveis. Os esforços para estatizar o sistema financeiro vêm do governo Figueiredo, e houve momento em que projeto nesse sentido até foi insuflado pelo Planalto para “dar uma lição” aos banqueiros. Naquele tempo, quem brincava com o fogo sabia que o presidente tinha condições de apagar o incêndio. Hoje, volta-se a atear fogo à erva seca pela longa estiagem. Na verdade, as sucessivas intervenções em instituições financeiras e a liquidação de diversas, senão de quase todas, apenas contribuiu para disseminar a imagem de que o banqueiro é um *gangster*, ou um “desonesto”. São expressões que destacamos propositadamente, pois foram usadas por líderes do sistema financeiro para explicar o comportamento de alguns de seus colegas até anteontem; será de estranhar se ama-

nhá esse mesmo tipo de epíteto for usado contra os que os proferiram sem atentar para o caldo de cultura em que germina a estatização do sistema financeiro?

Estatização bem planejada, diga-se de passagem; de tal forma montada em suas conexões que até mesmo o presidente José Sarney não se dá conta das articulações e autoriza o Banco Meridional a adquirir o Banco Maisonnave sem antes ter saldado seus débitos com o Banco Central, e permitindo, assim, que um banco estatal amplie seu domínio sobre a economia do Sul do País. Ora, quando o bacilo da estatização do sistema financeiro já penetrou o Palácio do Planalto, não é temerário pensar que se poderão queimar etapas, especialmente agora que a esquerda dita independente do PMDB está disposta a quebrar lanças para forçar o presidente da República a fazer o que ela pretende.

No que se refere à agricultura, a situação é idêntica. Se o Plano Nacional de Reforma Agrária que acabou sendo aprovado não atenta gritantemente contra a atual estrutura produtiva, que se vai aperfeiçoando a cada ano, nem por isso os efeitos que a proposta socializante produziu foram afastados. O próprio presidente Sarney parece encantar-se com algumas proposições de longo alcance nela contidas, destinadas a criar clima favorável à agitação no campo: a discussão que pretende abrir em torno da criação da Justiça Agrária (quando a comum mal funciona e a do Trabalho ainda sofre de uma série de limitações estruturais) indica que não se dá conta do que está de fato em jogo. A superposição de órgãos estatais a pretexto de fazer o Estado funcionar apenas conduz à desmoralização do próprio Estado. Essa é regra elementar para a qual poucos querem atentar.

A estatização do sistema financeiro e o estímulo à reforma agrária “na marra” (como o vêm fazendo a Contag e o PT) são como que as colunas que devem flanquear a livre iniciativa e a democracia, em manobra de diversão. No centro, estão formadas as divisões blindadas das estatais — e, para que ninguém se aperceba do grande movimento que poderão realizar, o presidente Sarney anuncia um programa de privatização, como a demonstrar ao público que está cumprindo seu compromisso com a livre iniciativa.

A camuflagem é perfeita — melhor não poderia ser. Talvez apenas o senador Roberto Campos tenha tomado consciência clara do que significa esse programa de privatização, que estabelece ampla reserva de mercado no que diz respeito à venda das empresas públicas e mantém intocadas todas aquelas empresas em que a oligarquia se encastelou. Elas se distribuem por amplo leque, que começa (citamos) nas incumbidas de atividades diretamente vinculadas à segurança nacional (o *autoritarismo não está extinto?*), passa por aquelas submetidas ao regime legal de monopólio estatal e termina nas que são responsáveis (voltamos a citar) pela operacionalidade de infra-estrutura econômica ou social básica, ou produtoras de insumos de importância estratégica (*valha o autoritarismo, San-*

to Deus!), cujo controle o Estado mantenha para viabilizar o desenvolvimento do setor privado, sem com ele competir. Se a Constituição pouco vale — segundo o procurador-geral da República, que tem o intervencionismo histórico por dado que derroga o Direito positivo —, que valerá uma lei dizendo que o Estado não competirá com o setor privado?

Não é essa reserva do que não será estatizado o que compromete o caráter privatista do plano, ou revela a intenção oculta dele. Mais importante do que tornar transparente que há áreas em que a iniciativa privada, mesmo nacional, não pode penetrar é o empenho oligárquico em disfarçar sob o nome de privatização a busca de capitais privados para engrossar a caixa das estatais que não poderão ser vendidas. Entre uma empresa posta à venda por ruim e as ações preferenciais da Petrobrás ou de suas subsidiárias, que serão generosamente postas à venda, que papel irá preferir o investidor, que age com racionalidade? Os homens da oligarquia são mais matreiros do que se pensa. Aliás ao escrever, no resumo do decreto sobre a privatização, que entre as empresas da infra-estrutura estão as que compõem os setores petroquímico, do aço, das telecomunicações e dos transportes, mostraram onde pretendem enquistar-se.

Tudo se articula, pois, para que o Estado avance cada vez mais sobre a sociedade, dando a impressão de que se retira. Não são os ministros de Estado os responsáveis por essa maneira de fazer as coisas; eles estão preocupados em eleger-se deputados, senadores ou governadores. Não estão em Brasília para ficar. Os que, no entanto, ficarão lá — por lá já estar —, os do segundo e do terceiro escalão, esses é que farão avançar as divisões que estão nos flancos — a estatização do setor financeiro e o agravamento da situação no campo —, para permitir que as estatais continuem sólidas no centro, formando suas gerações de oligarcas prontos para o assalto final.

É sumamente lastimável que esse quadro desolador, que hoje já é evidente, não seja percebido por quem tem poder para impedir que a crise se agrave. Mais lastimável ainda é que o populismo — feito por pessoas que dele não têm experiência — tenha substituído qualquer esperança de repór o Estado brasileiro em sua boa rota. Se a demagogia toma conta de maneira desoladora dos atos do Executivo — que fixa prazo para terminar a miséria e promete às crianças aquilo que sabe que o País não tem —, como será possível impedir que o movimento dos inimigos da ordem democrática seja vitorioso?

O que alguns vêem como casuismo na verdade é parte de um movimento consciente e deliberado, destinado a sacrificar o que resta da livre iniciativa no Brasil. Ainda que alguns defensores da empresa privada aplaudam hoje o governo, o encadeamento dos fatos prova que também eles um dia serão chamados a ver a dura realidade que se abre diante de todos nós. O aparelho de Estado foi infiltrado de maneira velada, sem que ninguém se apercebesse, pelo nacional-oligarquismo. Por isso, a democracia corre risco.